

“TODO O SEU AZEDUME”: a construção moral da solteirona em jornais brasileiros do século XIX¹ “ALL YOUR BITTERNESS”: the moral construction of spinsters in Brazilian newspapers of 19th century

Julia Noia²

Resumo: Neste artigo, examino a construção moral da solteirona em publicações feitas em jornais brasileiros durante o século XIX. Com isso, identifico quais enunciados são produzidos sobre mulheres solteiras na mídia oitocentista e mapeio como sentimentos morais, especialmente a simpatia, são mobilizados ao tratar das solteironas. Para analisar a emergência desta personagem moderna, seleciono 15 folhetins e extratos de variedades publicados entre 1850 e 1880 acessados em buscas no repositório da Hemeroteca Digital. Nos materiais, há a estigmatização da solteirice como chaga moral e desvio patológico da “natureza feminina”, capaz de levá-las ao desprestígio social. O retrato das solteironas na mídia do século XIX como dotadas de inveja e ódio contribui para a idealização da conjugalidade como destino “natural” do feminino, além de suprimir a possibilidade da solidão e do direito a práticas solitárias por meio da condenação de sua autonomia.

Palavras-Chave: Solteirona; Mídia; Gênero; Emoções; Solidão.

Abstract: In this article, I examine the moral construction of the spinster in publications from Brazilian newspapers during the 19th century. In doing so, I identify the statements produced about single women in 19th-century media and map how moral sentiments, particularly sympathy, are mobilized when addressing the spinsters. To analyze the emergence of this modern character, I select 15 serialized stories and miscellanies published between 1850 and 1880, accessed through searches in the Hemeroteca Digital repository. In the materials, spinsterhood is stigmatized as a moral wound and a pathological deviation from the “feminine nature,” capable of leading women to social disgrace. The portrayal of spinsters in 19th-century media as being filled with envy and hatred contributes to the idealization of marriage as the “natural” destiny of women, while also suppressing the possibility of solitude and the right to solitary practices through the condemnation of their autonomy.

Keywords: Spinster; Media; Gender; Emotions; Solitude.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociabilidade. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora do Instituto Nacional para a Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), vinculado à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com bolsa CNPq para o Desenvolvimento Tecnológico e Industrial. E-mail: noiasjulia@gmail.com.

1. Introdução

Em poucas estrofes, o poema oitocentista “Onde está a felicidade” nos entrega uma síntese dos valores burgueses da época ao responder o questionamento proposto no título: “Está no lar da família, onde habita a união”³. O texto, sem reivindicação de autoria, oferece aos leitores do jornal *Brado Conservador* um panorama do imaginário mobilizado para dar sentidos a uma das principais instituições modernas: a vida conjugal. Entre os séculos XVIII e XIX, a consolidação da classe burguesa sob o emergente modelo econômico liberal situaram a composição familiar no centro da articulação moral. O movimento em torno da domesticação do feminino e seu enquadramento em dinâmicas de passividade, como aponta Federici (2023), recorre à construção do casamento burguês como objeto feliz (AHMED, 2010) da modernidade.

Essa “busca” pelo aconchego da felicidade ao lado de cônjuge, filhos e uma grande casa nos emergentes centros urbanos povoa o imaginário de jovens burguesas como ideal de vida (D’INCAO, 2004). Para tornar o casamento em uma instituição *naturalmente* normativa, era necessário reconfigurá-lo para além de mero contrato social fundado em uma sociedade sentimentalista (TAYLOR, 1994); a união precisava simbolizar algo mais simbólico, sobretudo às mulheres. Deste modo, o imperativo do casamento feliz se constitui como central para a formação moderna da “senhora do lar” (PERROT, 2001), subserviente e cuja sociabilidade era restrita ao espaço privado. Enquanto ela se fundava sob o manto da felicidade eterna dentro do matrimônio, tão difundida na literatura e nos jornais do século XIX, era preciso que houvesse uma imagem que se contrapusesse à completude encontrada pela “senhora do lar”, alguém que emanasse langor, tristeza e azedume capaz de traduzir sua infelicidade.

Na modernidade, emerge a discussão sobre o perigo inerente às solteironas, mulheres cuja vida enveredou por percursos escusos ao permanecerem deslocadas da dinâmica matrimonial. Egoísta⁴, invejosa e mexeriqueira⁵, a solteira se torna um mal a ser combatido em defesa da higienizada família burguesa (MAIA, 2007). Elas passaram a povoar o imaginário como pessoas que levam uma vida essencialmente infeliz ao alimentarem inveja das mulheres casadas e ressentimento dos homens que não as quiseram⁶. Tanto mais houvesse o combate

³ Onde está a felicidade. *Brado Conservador*, Natal, 1879, Variedades, p. 4.

⁴ A tia solteira. *O espírito-santense*, Vitória, Folhetim, n. 3, 5 jan. 1878, p. 1. Acesso em: 30 jul. 2024.

⁵ A beata. *Almanach literário paulista*, São Paulo, ed. 5, 1879, p. 70-73. Acesso em: 30 jul. 2024.

⁶ Annaes da vida de uma solteirona. *O Portuguez no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Variedades, ed. 2, 1852, p. 24. Acesso em: 30 jul. 2024.

simbólico a essas figuras, maior seria a preservação e valorização do ideário das senhoras do lar. Essa manobra narrativa se solidifica frente a um aparente aumento no contingente de mulheres sós tanto em cidades europeias (DAUPHIN, 1984, 1993) quanto em brasileiras (D'INCAO, 2004; MAIA, 2007). A consolidação desse imaginário sobre o casamento e sobre as solteironas que dele escapavam se amparava na mídia impressa que se organizava no Brasil no século XIX (BUITONI, 1986; BARBOSA, 2013).

Em lugares privilegiados nas páginas de jornais brasileiros, cronistas e escritores se empenharam em remeter as definições, críticas e doboches sobre as mulheres sós ao crescente público-leitor, especialmente o feminino. Enquanto as solteironas surgem nas páginas de periódicos ingleses ainda no século XVIII, a expressão apenas ganha espaço entre as tiragens brasileiras na década de 1840. No período, a nascente imprensa se reconfigurava para adequar sua estrutura às demandas de leitores da época (Barbosa, 2013). Durante décadas, este segmento jornalístico dedicou especial atenção às solteironas e ao imaginário sobre o casamento (Maia, 2007). Isso conduz a questionamentos sobre o que é mobilizado ao tratar do estereótipo da solteirona, o que ele nos expõe e o que cala, bem como quais arranjos discursivos perduram em estruturas contemporâneas sobre mulheres solteiras.

A construção que toma as mulheres solteiras por atemorizantes acompanha a emergência da domesticidade como bastião do binômio esposa/mãe da senhora do lar burguesa durante o século XIX. Para Foucault (2008), o surgimento de um enunciado deve ser inscrito no tecido histórico que torna certo discurso pensável em determinado contexto, e não quaisquer outros em seu lugar. Diante disso, cabe questionar: o que torna essa imagem sobre as mulheres solteiras possível na modernidade? Ao analisar esse imaginário, também busco identificar de que maneira o enunciado sobre a solteirona mobiliza a simpatia para reforçar o casamento como conduta normatizante, sob o panorama dos sentimentos morais (SMITH, 2015). Ao serem construídas como terror, elas estariam sob avaliação intermitente de instituições modernas como o Estado e a Medicina, que contribuiriam para produzir verdades incontestáveis sobre esses corpos e seu feminino por extrapolarem a convivência conjugal (FOUCAULT, 1993).

A modulação dos sentidos sobre a senhora do lar e a solteirona é reforçada por produtos midiáticos, como folhetins, pela literatura romanesca e em jornais da época. A crescente alfabetização da população (BARBOSA, 2013) e a consolidação da imprensa como principal meio de comunicação e informação do século XIX fundamental ao privilegiar a apresentação

de determinados enunciados, enquanto outros são suprimidos ou não-ditos. Para Foucault (2014), os discursos e augeles autorizados a propagá-los produzem verdade sobre sujeitos tanto pelo que se diz quanto pelo que fica à margem de um ordenamento discursivo. Sendo assim, a mídia se organiza sob dinâmicas de poder por meio das quais produz sujeitos femininos no e pelo discurso. Quais enunciados são construídos sobre as mulheres solteiras nos jornais do século XIX? Dado que os discursos se organizam por continuidades e rupturas (FOUCAULT, 2008), quais aspectos do imaginário da solteirona permanecem na atualidade e quais perderam relevância?

Para analisar as formações discursivas (FOUCAULT, 2008) que constroem a solteirona na modernidade, selecionei produções literárias, romanescas, extratos de variedades e reportagens publicadas em jornais brasileiros entre 1850 e 1880 em que a expressão “solteirona” foi utilizada. A procura pelos materiais foi realizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O período foi escolhido em função do surgimento do enunciado na imprensa do país⁷, e contempla as três décadas subsequentes à popularização de narrativas sobre as solteironas em tiragens nacionais. A definição do recorte temporal ainda visou garantir que o mapeamento do máximo de nuances possíveis sobre o estereótipo, o que mostra e silencia e quais reações suscita. Portanto, dos mais de 100 materiais encontrados no acervo, selecionei 15 em que identifiquei perspectivas significativas sobre o imaginário da solteirona.

2. “Senhora do lar” e os papéis de gênero na família burguesa

Mulheres se adornam para atrair os homens a si, para “amál-os e ser amada” e, especialmente, para “cumprir o seu destino na terra, a procriação da espécie”⁸. Em retorno, encontrariam a felicidade ao firmar casamento⁹. Nas páginas de maior destaque dos jornais oitocentistas, a mulher se torna o centro da família na emergente sociedade burguesa. Sob o manto da domesticidade, no entanto, lhe são impostas uma série de ordenamentos que constituem-na em função dos outros: da casa, da família, dos filhos (PERROT, 1991). Nos novos regimes econômicos que se organizam entre os séculos XVIII e XIX, o feminino ganha

⁷ De acordo com buscas no acervo da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, o termo foi aplicado em periódicos brasileiros pela primeira vez em 1844, no extrato de variedades intitulado “O filho do vaqueiro”, publicado no Diário de Pernambuco. No texto, a uma mulher solteira é retratada como “velha solteirona”.

⁸ As doutoras médicas. **O Piracicaba**, Piracicaba, 1877, Ciências Sociais, p. 1.

⁹ The Matrimonial News. **Jornal da Tarde**, Rio de Janeiro, 1877, Variedades, p. 3.

um novo significado adaptado aos interesses das elites: além de mãe, esposa e dona de casa, a mulher se torna propriedade simbólica e material do marido.

Conforme explica Perrot (1991), esse processo se contextualiza pela reclusão do feminino à esfera privada, marca da dinâmica da família conjugal no cenário europeu pós-Revolução Francesa que se pulveriza por todos os estratos sociais. Entre as mais ricas, a “senhora do lar” figura como elemento central, capaz de administrar a casa, aumentar a prole e servir ao seu marido. A restrição de sua gerência ao seio familiar contribui e é influenciada pela noção de que há uma “natureza feminina” que as impele aos cuidados domésticos e à subserviência. Esse deslocamento acompanha um processo de valorização de um novo modelo do casamento como contrato social, agora forjado por interesse mútuo e afeto, deixando de lado, portanto, o sistema pré-moderno de “arranjos dinásticos e de propriedade” (Taylor, 1994). A tese sustentada na modernidade, de uma biologia que tornava as mulheres *naturalmente* mais zelosas e maternais que os homens, justificava retratar o matrimônio como um “destino”¹⁰ feminino erigido sob respeitabilidade.

A privatização da sociabilidade feminina ocorre em paralelo à reconfiguração do espaço doméstico e das metrópoles como símbolo de status social da vida burguesa do século XIX. Como explica D’Incao (2004), o reordenamento se iniciou no Brasil com a chegada da Corte portuguesa em 1808, levando à migração de elites rurais para as principais cidades e à ascensão de uma burguesia urbana. Nesse período, alterações arquitetônicas e de costumes promoveram a *higienização* das metrópoles, amparada na valorização da intimidade no seio familiar e no aconchego da formação do lar burguês.

Diante da valorização do *lar*, a senhora burguesa passa a desempenhar papéis de cuidado em relação ao homem e sua prole; ela se torna fundamental para o funcionamento desse novo sistema familiar, que lhe é igualmente apresentado como um futuro lustroso. Como diz o texto “A grammatica do namorado”, publicado no jornal A Nação¹¹, a mulher não passa de um “adjetivo” que precisa concordar com o “substantivo-homem” para estar “gramaticalmente” em sociedade. Se o matrimônio impera como bastião moral do século XIX, é sobre ele que se funda o referencial defendido às mulheres. Ou, como defende Pedro (2004), é a partir dela que se insta o processo civilizacional feminino pelos estratos mais abastados da sociedade da época.

¹⁰ Mulheres e cartas. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 1877, Gazetilha, p. 4.

¹¹ A grammatica do namorado. **A Nação**, Rio de Janeiro, 1872, Variedade, p. 2.

No século XIX, as bancas de jornal estampavam o imaginário sobre a “mulher boa”, alguém capaz de reunir com amor e inteligência a capacidade de flamejar no coração e no cérebro e “tornar o recinto da família prestigioso”, como explicou o *Jornal do Commercio* de Santa Catarina, em publicação de 1886 (PEDRO, 2004, p. 332). O aconchego familiar ainda se assentava sobre a hipervalorização da mãe, “credora da mais sublime veneração na escala social” (PEDRO, 2004, p. 329). O sucesso familiar orbitava em torno da domesticação as mulheres. A *natureza feminina* se funda sob supostas funções biológicas que poem sua existência subjugada ao homem. Por meio dela, é exercida uma dominação física e simbólica que se organiza a partir do corpo e por meio do qual são produzidas definições sociais do que significa “ser” mulher (BEAUVOIR, 2009).

Sob o manto da conjugalidade, a organização familiar protege as senhoras do lar de condenações morais, recriminações e do escrutínio interminável de seu sexo — sem, no entanto, poupá-las de avaliação minuciosa em função dos interesses reprodutórios da sociedade burguesa (FOUCAULT, 1993). A institucionalização do casamento como “linha de chegada” para as mulheres se oficializa na sociedade moderna brasileira com a Constituição de 1891, a primeira do Brasil República¹². É apenas neste momento que a união heterossexual se funde ao ideário secular, deslocando a legitimidade para oficializá-la da Igreja para o Estado.

Sob o casamento institucionalizado e submetido a regramentos jurídicos, os sentidos da felicidade se organizavam pelas imagens de esposas elegantes e comedidas supostamente realizadas na vida. No cerne do descrito em periódicos oitocentistas, a união é elevada ao extremo de “realizar o ideal da felicidade terrestre”, como descreve trecho d’O *Monitor Campista*. Diante do ideal tornado desejável no seio burgues:

É por isso que o solteiro, verdadeira excrescência social, suspira no ultimo quartel da vida por uma mulher que ajude-lhe a carregar a cruz do reumatismo; e que a solteirona, quando vê fugir a última esperança, agarra-se ao primeiro marido que lhe aparece, como o naufrago à táboa de salvação¹³.

N’O *Jornal da Tarde*, um extrato de *Variedades* de 1877 apresenta uma novidade dos periódicos internacionais, o *The Matrimonial News*, “dedicado à propagação das felicidades da vida conjugal”¹⁴. Os esforços do veículo londrino são reconhecidos como reação a uma

¹² Constituição de 1891 — publicação original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em: 5 ago. 2024.

¹³ Casamentos. *Monitor campista*, Rio de Janeiro, 1877, Folhetim, p. 1.

¹⁴ *The Matrimonial News*. *O Jornal da Tarde*, Rio de Janeiro, 1877, *Variedades*, p. 3.

“necessidade nacional”: o número de mulheres excederia, em mais de um milhão, o contingente de homens na Inglaterra.

A felicidade conjugal não simboliza apenas a dinâmica entre homem e mulher, mas produz um simbolismo que a solidifica enquanto arranjo social. Isto é, “o atendimento de necessidades práticas das quais o casal era um simples instrumento” (PRIORE, 2005, p. 175). Para tornar este dispositivo eficaz enquanto pilar de realização pessoal, era necessário que o matrimônio se tornasse mais que um contrato social moderno para a senhora do lar; era preciso ser instrumentalizado como referencial de vida plena. Para Ahmed (2010), a felicidade é construída a partir da expectativa do porvir, reação capaz de indicar quais seriam objetos felizes. A promessa de felicidade que carregam, então, oferece “uma noção de que aquela coisa é promissora” porque, “ao receber esse algo, nós imaginamos que coisas boas virão” (Ahmed, 2010, p. 30). Essa expectativa é modulada por um componente moral, por meio do qual apenas alguns objetos são “dignos” de uma reação feliz.

Sob essa perspectiva, o casamento é forjado como matriz da felicidade feminina com respaldo de produtos midiáticos da época. A mídia impressa se empenhava na transformação da “senhora do lar” no imaginário da “esposa feliz” analisada por Cláudia Maia (2007). O avanço do letramento feminino e a sociabilidade restrita ao espaço privado aumentaram o contingente de mulheres ociosas, devidamente entretidas por narrativas romanescas em jornais e na literatura (D’INCAO, 2004). O novo *hobby* também servia à educação das jovens da elite burguesa, a quem era tutelada a idealização de relações românticas e ao desejo do casamento (ANDRADE, 2013).

No Brasil, essa força se consolidou com a consolidação da imprensa entre as décadas de 1820 e 1840, ano em que o folhetim passa a estampar periódicos brasileiros. Sempre ao “pé” das páginas dos jornais, a modalidade se popularizou como forma de entreter o público de massa recém-alfabetizado no Brasil Império, especialmente com romances seriados (BARBOSA, 2013; BUITONI, 1986). Isso levou a uma transformação do “pé” das páginas jornalísticas, com colunas contendo extratos de variedades dando espaço a romances em formato de folhetim (BUITONI, 1986). A literatura estampada em jornais fisga o público feminino, ávido leitor do desenrolar de novelas. Entremeadas às tramas que entretinham o cotidiano burguês, os folhetins modulavam experiências, forjavam ideais e produziam estereótipos condenáveis aos interesses da elite brasileira. Em obras da época, autores como

José de Alencar e Machado de Assis postulavam, por meio de suas “heroínas plenas”, que a completude só seria alcançada pelas mulheres apenas caso se casassem (ANDRADE, 2013).

A constante reafirmação da senhora do lar constrói a imagem da “verdadeira mulher” (MAIA, 2007). Ao torná-la verdade inquestionável de uma pretensa natureza feminina, toma quaisquer outros modelos do feminino por “falsos”, e inscreve esses corpos em regimes capazes de disciplinar saberes e sentidos ligados à sexualidade. Foucault (1993) afirma que as práticas da família conjugal produzem uma mudança histórico-política da sexualidade, agora deslocada para um controle familiar em defesa da estrutura econômica e política da conjugalidade heterossexual. No contexto matrimonial, a sexualidade feminina é remetida a uma vigilância constante ao “adotar regras castas no encontro sexual do marido”, ao mesmo tempo em que a mulher é investida de autoridade para controlar a sexualidade dos descendentes, ao “vigiar a castidade das filhas e construir uma descendência saudável” (D’INCAO, 2004, p. 267).

A enunciação, conforme explica Foucault (1993), resgata funcionalidades e formatos do confessional cristão para incitar uma fala incessante sobre a sexualidade. Ao deslocar o sexo do não-dito e torná-lo acessível, instituições modernas organizam sobre ele uma verdade amparada nos discursos medico-jurídicos. Sendo assim, constroem noções de normalidade e anomalia sob as quais os corpos são inscritos — em especial, aqueles cujo comportamento destoa do estabelecido em arranjos burgueses. Quem não se adequa ao retrato da família conjugal deve ser submetido a dispositivos que, amparados no saber científico, excluem e estigmatizam e ratificam os padrões sexuais desejáveis.

Enquanto produtos midiáticos da época dimensionavam a senhora do lar burguesa como símbolo da felicidade encontrada no casamento heterossexual, impunha-se a “verdadeira mulher” como padrão social. Para reforçar o simbolismo por trás deste ideal, era necessário mobilizar uma figura capaz de retratar a antítese dessa formação domesticada, polida e feliz, um “tipo detestável” que reordenasse o referencial a partir do qual se funda a senhora do lar. Em paralelo a esse ideal feminino, emerge o estereótipo da solteirona. De personalidade anômala e doentia e de presença repugnante, ela se torna uma chaga moral da modernidade e um perigo iminente ao novo modelo familiar (MAIA, 2007).

3. O nascimento da solteirona, o terror moral da família conjugal

A solteirona é a personificação da desgraça; é um objecto de luxo que se apresenta no commercio social sem que alguém o compre. A solteirona velha anda pelo mundo, e este já não tem ridículo para dar-lhe; não lhe interessa o seu passado; porem ella conservará sempre nos labios um perpetuo sorriso, que é o fiel da balança de seu coração (A solteirona, Diário do Maranhão, 1875)

Sem rodeios, o folhetim “A solteirona” citado acima organiza os sentidos reproduzidos em jornais, revistas e na literatura oitocentista sobre as mulheres solteiras. Acima de quaisquer características, ela é a “personificação da desgraça” capaz de corromper a sociedade burguesa. Conforme explica Foucault (2008), é necessário analisar um enunciado diante do contexto que viabiliza sua emergência em dado momento histórico. Estereótipos como esse não têm data de fundação, que se embrenham no tecido histórico como “marca d’água, nas entrelinhas” (Dauphin, 1984, p. 2008, tradução nossa).

Com o ideal de felicidade feminina constituído em torno do casamento, mulheres que não desempenhavam o papel de esposas representavam uma ameaça à moral burguesa e à higienização conjugal. Integrantes das elites, corpulentas, de rosto desprovido de beleza e alma corroída por inveja e maldade. O retrato pouco amigável que se difundia na mídia oitocentista era empenhado ao apresentar a solteirona ao público. Não há, no entanto, consenso quanto à classificação dessas mulheres. Há folhetins que considere o status apenas às solteiras com 28 anos ou mais¹⁵ mas, na maioria dos casos, não é definida uma idade para jovens passem a responder pela alcunha. Em um momento não determinado, deixam de ser “moças” para pairar sob elas uma presente fatalidade, “ficar para tia”. Essa é a “peior das pestes”, como define O Miraná, em folhetim publicado n’A Província de Mato Grosso (1879). O excessivo comparecimento a bailes e o constante desprezo por homens da sociedade seriam marcos sociais que prenunciam o apagamento do “perfume da mulher-flor”:

É a infeliz, donzella, atirada desde bem jovem a este turbilhão do mundo, ao esplendor dos salões, chora e maldiz consigo mesmo o seu triste futuro!... E que cousa peor para uma moça do que *ficar para tia*... isto é ficar solteirona... Para ellas é a peor das pestes... E a quem deve culpar senão ao pai, de haver concorrido para que essa flor que foi o brilhantismo dos salões: que foi a rainha dentre as rainhas, agora esquecida (MIRANÁ, 1879)¹⁶

Em todos os casos, o termo se consagrou a partir do século XVIII para se referir às mulheres que nunca casaram, voluntaria ou involuntariamente. Apesar de aparições

¹⁵ Annaes da vida de uma solteirona. **O Portuguez no Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, Variedades, ed. 2, 1852, p. 24.

¹⁶ Ainda a educação da mulher. **A Província de Mato-Grosso**, Cuiabá, Folhetim, 1879, p. 1-2.

esporádicas em publicações setecentistas, a figura da solteirona apenas se consolida no imaginário europeu durante o século XIX. Folhetim publicado no *O Espírito-Santense* em 1878, se empenha em traduzir à sociedade da época esse retrato:

é a mulher solteira que não sabe aceitar resignada as amarguras de sua isolamento, e as converte em ridículas quando não em pessimas qualidades. A solteirona é pretenciosa, presumida, à vista de attrahir a attenção resolve os olhos sentimentalmente, lê romances, come gulodices, tem um *king Charles* e inveja tudo o que é môço radiante, feliz, tudo que tem esperanças e para quem o future desabrocha em promessas¹⁷.

Além de simbolizar a contraposição à senhora do lar (PERROT, 1991), ela passou a representar um crescente volume de mulher solteiras, viúvas ou que viviam sozinhas nas emergentes metrópoles (DAUPHIN, 1993). Essa condição demográfica da época se destacou frente à queda da população masculina na Europa por mortes em guerras e doenças, tornando o celibato e a solteirice problemas sociais passíveis de interferência do Estado. Sob o imaginário da senhora do lar burguesa era possível encontrar proteção social, status e crédito ante a sociedade. A solteirona emerge nesse contexto como um alerta àquelas que não conseguiriam se casar, o prenúncio de um futuro nefasto que as moldava em igualmente visíveis e apagadas do tecido social.

Em 1869, o extrato de variedades “A mulher na família” se adianta nesta definição ao apresentar aos leitores as condições que desempenha no arranjo doméstico. O texto sem autoria aponta que, embora lhe seja esperado, nem sempre as jovens se casam: “Fica solteirona: triste nome! Nó os homens rimo-nos della. Muitas vezes antes o lamentássemos. Quem sabe porque deixou ella de casar-se?”¹⁸. A associação da solteirona a um “triste nome” me parece dada, como se houvesse um consenso tácito que a expusesse como um fracasso, uma chaga social do cotidiano burguês. Ao mesmo tempo, recai sobre ela a responsabilidade pelo casamento, suscitando reflexão sobre o motivo que a levou a sustentar o status. Diante do direcionamento da mulher como um “outro” relativo ao homem, o casamento representa a única e exclusiva justificativa social de sua existência, como classifica Beauvoir (2009), apagando-lhes o direito de existir. No entanto, a solteirona foge à insignificância; ela precisa ser enunciada como problema social administrável e como temível futuro às mulheres.

¹⁷ A tia solteira. *O Espírito-Santense*, Vitória, Folhetim, 1878, p. 1.

¹⁸ A mulher na família. *A reforma — órgão democrático*, Rio de Janeiro, 1869, Conferência no Asylo de Vincennes, p. 3.

Há uma formação discursiva (FOUCAULT, 2008) capaz de produzir o imaginário em torno da solteirona em jornais, revistas e na literatura romanesca do século XIX. Esses sujeitos autorizados a retratar sentidos sobre as mulheres solteiras as insere em um novo imaginário ao tratá-las sob a alcunha. Por um ordenamento discursivo que lhes dá sentidos, são articulados uma série de elementos para categorizá-las como atemorizantes. Na mídia, são reproduzidas noções do feminino ancoradas na performatividade de gênero esperada deste corpo, capaz de lhe conferir estatuto de verdade e legitimidade (BUTLER, 2023). Deste modo, a solteirona simboliza a descaracterização da mulher, que se desloca de sua condição feminina devido à inadequação ao que lhe é natural. São articulados novos significados além dos já estabelecidos padrões de beatificação e do puritanismo restrito à senhora do lar e às religiosas, ao mesmo tempo em que não se enquadra sob o estereótipo de Maria Madalena, lasciva e vulgar.

A solteirona era exposta como uma terceira possibilidade dentro dos arranjos do feminino, retratada como dotada de uma incompatibilidade genética que dela excluía virtudes femininas e de feminilidade. Eram “vítimas de uma seleção natural”, o que justificava nunca ter sido “escolhida” no mercado matrimonial (MAIA, 2007). Na mídia impressa oitocentista, as mulheres só eram apresentadas como feias e mentirosas, enquanto as casadas eram bonitas e inocentes. Em folhetim de 1872 publicado na Revista Pittoresca (PE), o lisboense Leite Bastos apresenta Anacleto, solteirona de 48 anos “mal sucedida no amor” por acumular 15 noivados que não se converteram em casamento. Sem pudor, o texto romanesco lhe imprime uma figura de “faces amarelladas e resequidas pela acção dissolvente dos quarenta e oito”, feição que tentava abrandar com algumas das “últimas camarinhas de pó de arroz”.

Pobre Anacleto, és um suplemento hoje do que foste! Do teu passado conservas apenas a ociosidade e a má língua. Tudo o mais é postigo em ti, desde os dentes até os cabellos. Em melhores tempos fôra essa creatura objecto dos pueris enlevos de muito coração juvenil e de muita alma apaixonada, mas, actualmente, essas penadas almas já não percentem a este mundo (BASTOS, 1872, p. 6)¹⁹.

As representações se referem às solteiras como uma espécie de passados escritos, algo que não cabe na sociedade. Retomando “A grammatica do namorado”, enquanto a mulher em busca de um marido é classificada como um “adjectivo” que complementa o “substantivo homem”, a “solteirona bem conservada é um ‘pretérito-perfeito’, e se há uma entrada em annos e acabada, é um ‘pretérito imperfeito’”²⁰.

¹⁹ Anacleto a solteirona. **Revista Pittoresca**, Recife, 1872, Romance, p. 6.

²⁰ A grammatica do namorado. **A nação**, Rio de Janeiro, 1872, Variedade, p. 2.

Sem marido, é frequentemente retratada junto a animais de estimação, estando quase sempre na companhia de cachorros e gatos — únicos seres capazes de suportar sua ausência de beleza e suas disformias corporais. Pela fisionomia, a literatura médica oitocentista as apresenta com “bigodes, uma toalete ridícula, um cachorrinho no colo, aspira tabaco de nariz cheio, que o tempo todo fala mal das pessoas, sobretudo dos jovens” (COUAILHAC, 1841, p. 14 *apud* MINOIS, 2019, p. 345). A solteira D. Porciana, personagem do folhetim “A fogueira”, publicado no jornal O Município (RJ) em 1878, é convocada, em tom jocoso, a pular a fogueira em uma festa de São João. Neste momento, expõe “um par de gambias, em que o tornozello se apresentava com a mesma grossura da barriga da perna”²¹. A fisionomia risível da solteirona exposta em periódicos brasileiros da época contribui para torná-la a antítese do feminino, mas apenas o humor não sustenta a recriminação do status conferido às mulheres sós.

A solteirice sintetiza outro temor da época, o celibato. No século XIX, as celibatárias representavam parcela expressiva da população, sobretudo nas cidades mais ricas — na França, eram de 16% a 19% das mulheres adultas, número que chegava a 56,2% em Viena, na Áustria (MINOIS, 2019). A ausência do sexo é incorporada no ideário da solteirona frente aos perigos demográficos e sexuais que oferecia à sociedade oitocentista, inscrevendo a enunciação desta figura em um discurso higiênico-moral (MAIA, 2007).

A privação absoluta do sexo fere a constituição de uma “natureza feminina” também regida pela maternidade envisionada pelas senhoras do lar. Apenas eram excetuadas as condenações entre aquela cuja escolha pelo celibato remete à construção de uma vida religiosa em devoção a Deus (MAIA, 2007; MINOIS, 2019). A inscrição desse corpo feminino no discurso biológico se difunde no período com a consolidação da Medicina como relevante campo de saber, e o médico como guardião moral dos costumes (VIEIRA, 2002). Quaisquer inclinações descoladas do padrão organizado sobre o feminino deveriam ser submetidas a intensa investigação por instituições modernas. A solteirona não era apenas risível; era uma ameaça a políticas demográficas e a essa natureza feminina.

A sexualidade feminina deveria ser restrita a funções maternas e reprodutórias, que tomava por “desnaturada” qualquer mulher que não desempenhava suas funções naturais; elas se tornavam uma questão de saúde pública. A elas é atribuída uma propensão à degeneração, loucura e criminalidade que as torna doentes por essência ou ainda fruto de condições clínicas

²¹ A Fogueira. **O Município**, Vassouras, Folhetim, 1878, p. 1.

(VIEIRA, 2002). Na coluna “As doutoras medicas”, publicada em 1877 n’O Piracicaba (SP), Ypanema descreve a desnaturação da “velha solteirona”, posto que:

O destino que a natureza lhe marcou e que deriva da sua organização é a procriação, a educação da prole, o amar aos filhos e ao homem [...] A velha solteirona que não acha um homem que corresponda ao seu amor, que não tenha filhas nem crianças á amar, ama o cachorrinho, o gatinho ou a galinha com pintinhos. Desviae-a deste seu destino, o amor, tirae-a deste seu element natural, por força hade viver constrangida como o frade, como a freira obirgada ao celibado absolute e perpetuo, e vivnedo no rebolicio do mundo elegante (YPANEMA, 1877, p. 1)²²

Sob o manto da loucura, as solteironas eram tomadas por desnaturadas, ou ainda anormais, cuja posição celibatária deveria ser inserida no dispositivo da sexualidade. A inspeção constante do sexo dessas mulheres é modulada pela enunciação incessante de sua condição. Como explica Foucault (1993), esse falar é encorajado por aparados modernos visando forjar a verdade que conduz seu comportamento às sexualidades desviantes. A inspeção médico-jurídica exerce poder sobre as solteiras ao tomá-las por objetos que devme ser submetidos a um saber, interditando suas atividades e seus pazes. Desse modo, a ausência de sexo, assim como seu excesso, comprometem a operacionalização da família burguesa e fundam novos “problemas” a serem administrados. Entre eles, a mulher histérica, que se populariza em associação à solidão das mulheres (isto é, as solteironas e sozinhas). Em consultórios, a histeria das solitárias se torna objeto de inspeção médica, cuja anormalidade apenas poderia ser contida no seio da conjugalidade (ALBERTI, 2019).

Embora houvesse a condenação social das celibatárias, a abstinência do sexo e do mercado matrimonial foi reapropriada como prática de resistência à imposição de papéis sociais ligados ao casamento (JEFFREYS, 1997). Entre os séculos XIX e XX, muitas optavam pela vida solteira visando a independência das obrigações impostas pelo matrimônio. No período, as mulheres de classes mais abastadas lutaram por acesso à educação e ao mercado de trabalho, além de encorajarem que outras mulheres reivindicassem para si o status solteira como posição política em benefício do coletivo. As “solteironas independentes” (MAIA, 2007), como eram retratadas as adeptas dessa mobilização, representavam a maior ameaça à família burguesa na literatura e na imprensa do século XIX. A mídia impressa da época, no entanto, mobilizava outras manobras discursivas para tomar as mulheres sós (ou solteironas) por terror ao imaginário burguês de família.

²² As doutoras médicas. **O Piracicaba**, Piracicaba, Sciencias Sociaes, 1877, p. 1.

Diante da complexidade desse enunciado que se difunde na modernidade, a condenação da vida descolada de um casamento precisaria organizar a moralidade das mulheres. Enquanto às casadas e jovens solteiras eram reforçados ideais de felicidade conjugal, se fazia necessário reiterar os perigos morais que correriam caso seguissem uma vida descasada. A eficácia desse estratagema sobre a mulher solteira se ampara na consolidação do sentimentalismo como modulador das experiências sociais e das paixões durante a modernidade (TAYLOR, 1994; SMITH, 2015). Para efetivamente se tornar atemorizante, a solteirona precisa inspirar desprestígio, pena e imoralidade àquelas a que é apresentada.

4. “Sempre histérica, sempre irritada”: a solteirona e os sentimentos morais

De características pouco vistosas, a solteirona estampa páginas de jorais, revistas e romances do século XIX com destaque a traços típicos de sua personalidade. Embora não haja uma definição unívoca de quais elementos seriam mobilizados para identificá-la, autores da época conseguiram chegar a alguns consensos. Sem conseguirem “fisgar” um marido durante a juventude, vão envelhecendo como invejosas, maledicentes, odiosas e rancorosas diante da frustração da solteirice. No folhetim “A beata”, publicado em 1879 pelo Almanach Litterario Paulista (SP), Luiz de Andrade trata a solteirona como dotada de “espírito traiçoeiro” e “maldade inteligente”; é uma terceira categoria de mulher, distinta da beata jovem e da devassa velha. Toma suas qualidades morais como dignas de caso de “polícia secreta”, e sua descrição minuciosa é retrato do que inspira na sociedade da época.

Ella sabe tudo o que se passa, conhece todos os escandalos, mette-se clandestinamente em tudo e ordena o que se ha de fazer. É a solteirona em toda a sua repellencia, com todo o seu azedume concentrado, com toda a maldade a transbordar [...] Os labios deixam ver dentes hostis e negros, como prégos nacionaes. O beijo mais atrevido não ousaria aproximar-se (ANDRADE, 1879, p. 71)²³

Por trás da caracterização jocosa e anormal da solteirona, os autores da época a representam como alguém cuja maldade intrínseca contamina o ambiente, exaspera a visão e provoca medo instantâneo. A mobilização de egoísmo, ódio e maledicência entranhados nesta figura torna sua abjeção quase universal por enquadrar sua conduta no meio burguês como desvios morais. Se apenas sob o casamento a mulher é reconhecida enquanto sujeito

²³ A beata. *Almanach Litterario Paulista*, São Paulo, 1879, p. 70-73.

respeitável, construindo para si uma identidade entremeada à domesticidade e à maternidade, haveria uma imoralidade “natural” àquelas que não se casam.

No centro da produção moral da solteirona, há a naturalização da maldade que lhe seria intrínseca, como exposto acima no trecho de “A beata” (1879). Por meio do discurso médico-científico, a natureza criada sobre essas mulheres se transfigure em traços de uma condição infectocontagiosa. A imoralidade sob a qual se reproduz em periódicos oitocentistas e direciona a opinião pública a defender seu isolamento das dinâmicas sociais para não contaminar a família conjugal higienizada com veneno, rancor, discórdia e inveja (MAIA, 2007). Essa suposta condição perigosa e nefasta consegue ser enunciada a partir da mobilização de sentimentos morais na modernidade.

No período, a centralidade do sujeito e sua interioridade se consolida a partir da identificação que as fontes morais capazes de conduzir a vida em sociedade residem no *self* (TAYLOR, 1994). Com isso, é possível tratar de uma “afeição natural”, que passa a ser condicionada a algo interior a nós, isto é, à nossa reação diante de um objeto. A organização da vida a partir de um senso moral individual e a valorização do que há de particular no indivíduo tornam os sentimentos morais centrais para a estruturação de dinâmicas sociais e para a modulação de afetos. Deste modo, é necessário que cada um se responsabilize por regular suas paixões a serviço do bem coletivo, visando sobretudo respaldo e validação dos demais ante suas agruras ou excitações, em busca da simpatia alheia a suas causas pessoais.

Para Smith (2015), a mobilização do sentimento é fundamental para garantir a harmonia que rege uma sociedade comedida. A legitimação das paixões dependeria tanto do que a motivou quanto da maneira como a reação foi expressa em dado contexto, encorajando a autorregulação em busca da reação simpática dos demais. Esse movimento dependeria de uma avaliação racional sobre a conduta de suas paixões. Em alguns casos, mesmo que sejam expressas com o maior comedimento, jamais seriam dignas de uma sinalização cúmplice tendo em vista suas motivações.

No folhetim “A solteirona”²⁴, publicado em 1875 no jornal Diário do Maranhão, Theodoro Guerrero apresenta D. Augusta, de recém-completos 40 anos, como alguém digna da pena. Após anos em busca de um marido, a solteirona teria começado a sustentar um sorriso de dor que não esconde a “grande quantidade de veneno” que carregaria na alma. Sob o olhar

²⁴ **A solteirona.** Diário do Maranhão, São Luiz, Folhetim, ano 6, n. 516, 23 abr. 1875. Acesso em: 30 jul. 2024.

vigilante do vizinho, um reflexo daquela sociedade, D. Augusta “vive sempre atormentada, sempre histérica, sempre irritada e sempre em guarda, para defender-se, porque em cada homem vê um inimigo, e em cada mulher uma víbora”. Quando vai a bailes, não se enturma com outras jovens “para que não haja comparações sempre odiosas” nem é tirada para dançar pelos homens ali presentes. O maior sofrimento, porém, é quando comparece a casamentos — os raros em que é convidada, dado o seu amargor característico, como afirma Guerrero.

Si conhecem d. Augusta, não a convidem a festa de um casamento; n’uma noite de bodas se desenvolve mais a febre de sua alma; si comparece é por consideração, mas vae indisposta, por que os preparativos da alheia felicidade a matão. Quando vê a noiva com suas flores, sorri e beija-lhe a face; porem esse beijo é o de judas. (GUERRERO, 1875, p. 2)

Ao ser apontada como solteirona, D. Augusta se transforma em sujeito amargurado que, não satisfeita em não casar, transmite sua frustração às casadas e às jovens, manifestado no “beijo de judas” que dá em uma noiva no dia de seu casamento. O folhetim expõe a personagem como alguém por quem resta apenas nutrir pena diante da incapacidade de esboçar alegria diante de outras jovens cumprindo seu “destino”. D. Augusta rejeita com veemência os ideais de felicidade feminina ligados ao casamento heterossexual e monogâmico.

A manifestação irretrita de inveja e amargor em relação ao matrimônio retrata uma das principais características subjetivas da solteirona, que comparece em outras publicações da mídia impressa da época. Em 1852, a publicação da anedota “Annaes da vida de uma solteirona”, no jornal *O Portuguez no Rio de Janeiro* (RJ), apresenta a cronologia de vida dessas mulheres dos sonhos e esperanças de um casamento à morte no anonimato completo, consequência de não ter se casado. Enquanto entre os 18 e 24 anos a jovem se apruma em busca de um marido, aos 30 teme que seja chamada de solteirona. Aos 34 anos, “inveja e aborrece todas as mulheres, elogiadas na sua presença” e, dois anos mais velha, briga com a melhor amiga porque ela se casa. A partir dos 38 anos, incorporaria todas as características atribuídas às solteironas em outras publicações da época: refestela-se com a insatisfação de amigas em seus casamentos por lhe servir de “consolo às desgraças alheias” e se enfurece com o casamento de um sobrinho com uma jovem, além de viver tomada por um mau humor constante²⁵.

A inveja e a amargura que as solteironas retratadas na imprensa do século XIX manifestam são incompatíveis tanto pelo tom que adota ao expor suas paixões quanto pelas

²⁵ Annaes da vida de uma solteirona. *O Portuguez no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Variedades, ed. 2, 1852, p. 24

razões que a motivaram. A articulação do casamento e da família como objetos felizes (AHMED, 2010) torna a solteirona em figura essencialmente infeliz que, não satisfeita em amargurar-se diante de sua incompletude, transmite-na em suas paixões. Diante disso, resta à sociedade sentir por ela franca antipatia pela falta de razoabilidade em suas reações, posto que é a razão que:

Sempre que estamos por agir, de modo a afetar a felicidade alheia, grita para nós, com uma voz capaz de deixar estupefata as nossas mias presunçosas paixões, que somos apenas um na multidão, em nada melhores do que qualquer outro indivíduo; que, ao nos preferirmos aos outros tão vergonhosa e cegamente, nos tornamos objetos apropriados de ressentimento, horror e execração. (SMITH, 2015, p. 206)

Há casos em que as solteironas suscitam a compaixão ou mesmo piedade entre a sociedade diante da desgraça que as acomete ao não conseguir se casar. A manifestação desses sentimentos pressupõe uma posição hierárquica entre aqueles que os sentem e os sujeitos sobre quem são esboçados (SMITH, 2015), além de serem apenas suscitados ante o seletivo subgrupo de solteironas reabilidades, segundo definição de Maia (2007). São mulheres que, sem casar, desempenham um papel central na dinâmica familiar, geralmente contribuindo com os cuidados da prole de irmãs ou primas que se tornaram senhoras do lar. Nos jornais, são retratadas como “naturalmente inclinadas a criar os sobrinhos, aos quais tomam muita afeição”²⁶ ou como quem se contentou com a função após ter vivido frustrações amorosas que as teriam impedido de se tornarem esposas²⁷. No entanto, representam uma pequena parcela das solteiras retratadas em produtos midiáticos, que preferem condenar a imagem da “solteirona independente” (MAIA, 2007), considerado o perfil mais perigoso à vida burguesa.

Celibatárias autônomas e que buscaram uma profissão, elas escolheram a vida fora do casamento para assegurar sua autonomia num contexto em que a dinâmica de senhora as impedia de desempenhar atividades econômicas (DAUPHIN, 1993). Essas solteironas são tomadas por mais perigosas justamente por se apropriarem do status como ferramenta de resistência política, social e econômica à performance do feminino definido a partir da família conjugal. Por isso, contra elas recaíam associações mais nefastas, de mulher amarga, invejosa e ressentida. No folheto “A envenenadora de ervas”, publicado em 1868 no Diário de S. Paulo, ela é retratada como alguém “que passa pela terra sem que se lhe dê atenção”. Por não

²⁶ A moça tia. **Semana ilustrada**, Rio de Janeiro, 1863, Typos do Rio de Janeiro, p.3.

²⁷ A mulher na família. **A reforma — órgão democrático**, Rio de Janeiro, 1869, Conferência no Asylo de Vincennes, p. 3.

ter se casado nem o ter desejado, sequer seria digna de compaixão pela Igreja Católica da França, por exemplo²⁸.

5. Considerações finais

Nos mais diversos extratos da mídia impressa do século XIX, as mulheres sozinhas organizadas sob o estereótipo da solteirona são forçadas como terror moral em si mesmas. Suas reações passionais descomedidas aos valores da época contrariam os ideais da instituição do casamento e da felicidade feminina que dela decorre, tornando-as imorais, histéricas e perigosas. Jornais e revistas do período as constroem como antítese das senhoras do lar burguesas e como destino funesto que paira sobre as jovens que não conseguirem se casar. Deste modo, a formação discursiva da solteirona reúne sob o estereótipo várias categorias que ofereciam incômodo à sociedade burguesa, como sozinhas, solteiras e sufragistas. Sem meias palavras, elas são retratadas como sujeitos capazes de corromper o higienizado modelo familiar erigido sob a conjugalidade.

Por outro lado, ao se distanciarem do modelo domesticado e passivo esperado da performance do feminino, precisam ser punidas para que seja delimitada a distinção entre normal e anormal sob o qual se constituem os ideais da “natureza” da mulher, educadora da prole com funções restritas à esfera privada. Enunciar a mulher solteira do século XIX como solteirona e buscar a confissão de seu estatuto dá anteparo a discursos sobre a sua sexualidade, sua anormalidade e sua solidão. Aquela infeliz por não lograr casamento e fugir à “natureza” feminina de esposa e mãe, então, surge cada vez mais nos jornais brasileiros da época, que expõem essa chaga moral a ser repelida e institucionalizada.

Por meio da invenção da solteirona como imoral, é fortalecida a construção da senhora do lar burguesa como receituário conferido às mulheres “boas” — cuja bondade depende de um anteparo capaz de destacá-la ante a desgraça das solteiras. Os periódicos, ao evocarem em seus folhetins, extratos de variedades, poesias e charges a inveja, o ressentimento e a maldade que lhes são intrínsecas. Indigna da simpatia alheia pelo horror que expõe e propaga no casamento alheio, a solteirona ainda escapa ao olhar compassivo quanto mais se apresenta como chaga moral.

²⁸ **A envenenadora de ervas.** Diário de S. Paulo, 1868.

Ao tratarem da amargura que lhes é intrínseca, os textos publicados na época indicam que apenas seria possível atribuir a essas mulheres uma vivência infeliz, invejando a dinâmica familiar das casadas e odiando os homens que não quiseram desposá-las. Por trás da condenação moral imputada às solteironas, há a imposição do matrimônio como dispositivo de controle sexual e social do contingente de mulheres sós. A instrumentalização dessa imagem operaria não apenas a serviço da constituição de um novo enunciado que entrelaça os contextos de mulheres solteiras e sozinhas, mas ofereceria continuidades a essa formação discursiva diante do tecido histórico em que emerge.

Com isso, retomo a reflexão de Foucault (2008) acerca de novos discursos que irrompem a partir de descontinuidades. Para ele, uma vez que um enunciado encontra caminhos para existir no mundo, é preciso compreendê-lo como “algo que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2008, p. 31). Não é difícil identificar como a construção do terror moral ligado à solidão feminina, fundamentado sob a imagem das mulheres solteiras, permanece no receituário atual. Enquanto crescem os materiais que constroem (ou ensaiam) rupturas frente ao temor sentido por mulheres em ficarem sozinhas, narrativas que encampam e atualizam o medo de “morrer sozinha” ainda ressoam em produtos midiáticos — geralmente, de forma contraditória. Embora o termo solteirona tenha caído em desuso, o imaginário fundado sob esse enunciado se renova e se adapta a novos tempos, sem deixar de sustentar a alcunha velada de quem “fica para a titia”.

Referências

- AHMED, S. **The promise of happiness**. Durham: Duke University Press, 2010.
- ALBERTI, F. B. **A biography of loneliness: the history of an emotion**. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- ANDRADE, M. C. M. O século XIX: O mundo burguês / O casamento / A nova mulher: O contexto histórico dos romances *Madme Bovary*, *Ana Karenina*, *O Primo Basílio* e *Dom Casmurro*. In: **Evidência**, Araxá, v. 8, n. 9, p. 63-80, 2013.
- BARBOSA, M. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRIGGS, A.; BURKE, P. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- BUITONI, D. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2023.

DAUPHIN, C. Histoire d'un stereotype: la vieille fille. In: FARGE, A.; KLAPISCH-ZUBER, C. (Orgs.) **Madame ou mademoiselle?** Itinéraires de la solitude féminine 18e -20e siècle. Paris: Éditions Montalba, 1984, p. 207-231.

DAUPHIN, C. Mulheres sós. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das Mulheres no Ocidente — Vol. IV**. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

D'INCAO, M. A. Mulheres e a família burguesa. In: PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 259-279.

FEDERICI, S. **O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I — A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2014.

JEFFREYS, S. Spinsterhood and celibacy. In: **The spinster and her enemies**. North Melbourne: Pinifex, 1997.

MAIA, C. J. **A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral — Minas Gerais (1890-1948)**. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Brasília. Brasília, 319 p., 2007.

MINOIS, G. **História da solidão e dos solitários**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

PEDRO, J. M. Mulheres do sul. In: PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 323-375.

PERROT, M. Os atores. In: PERROT, Michelle (Org.) **História da vida privada IV: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 89-304.

PRIORE, M. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

SMITH, A. **Teoria dos sentimentos morais**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

TAYLOR, C. **As fontes do self: a construção da identidade moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 1994.

VIEIRA, E. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.